

## RELATÓRIO Nº      , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 76, de 2013 (Mensagem nº 338, de 14/8/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

RELATOR: Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata em questão e resumo sobre os países para os quais está indicado, dos quais se extraem as informações que subsidiam esse Relatório.

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 14 de fevereiro de 1949, filho de Antonio do Nascimento Pedro e de Araci Ribeiro Pedro, o Sr. **ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO** graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1973 e iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no Ministério das Relações Exteriores em 1977, após ter concluído, no ano anterior, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Em 1997 defendeu e teve aprovada no Curso de Altos Estudos do mesmo Instituto a tese denominada *“Peru-Ecuador: Futuro de Paz/Perspectiva de Conflito”*.

Ascendeu a Conselheiro em 1995; a Ministro de Segunda Classe em 2001; em 2009, entrou no Quadro Especial; e em 2013 passou a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial.

Na Chancelaria ocupou, entre outros, os cargos de Chefe, substituto, da Divisão Jurídica, em 1989; Chefe, substituto, da Divisão da América Meridional II, em 1990; e Chefe da Divisão de Direitos Humanos, em 2000.

No Exterior, desempenhou, entre outras, as funções de Conselheiro em Lima, em 1993; Ministro-Conselheiro em Genebra, em 2003; e Embaixador em Cartum, de 2009 até o presente.

Desempenhou também numerosas e importantes funções em missões temporárias de representação do Governo brasileiro, integrando e chefiando delegações. Entre essas, notadamente aquelas que participaram de negociações para a elaboração de protocolos sobre combate à tortura, direitos humanos e sobre os regimes ambientais internacionais.

Quanto ao Kuaite e ao Bareine, importa registrar nesse relatório, para subsidiar a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

O Estado do Kuaite ocupa superfície de 17,8 mil km<sup>2</sup> e possui população de 3,25 milhões de habitantes. Sua capital é a Cidade do Kuaite. Seu sistema de governo é de monarquia constitucional.

O produto interno bruto (PIB) calculado pelo poder de compra (PIB-PPP), foi de US\$ 165,9 bilhões em 2012, o que lhe propicia PIB-PPP per capita de US\$ 43,420. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) foi de 0,790 em 2012, o que o coloca na 53<sup>a</sup> posição entre 185 países (para efeitos de comparação, o Brasil ficou na 84<sup>a</sup>, com 0,730).

Em 1968, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países e criada a primeira Embaixada do Brasil no Kuaite, funcionando cumulativamente com sede no Egito. Em 1975, o Brasil inaugurou sua Missão diplomática residente no emirado, gesto reciprocado pelos kuaitianos em Brasília em agosto do mesmo ano.

A crise do petróleo de 1973, que comprometeu o modelo de forte crescimento econômico do regime militar brasileiro, compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores da commodity, inclusive o Kuaite. Datam dessa época a criação do mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação de 1975 e o intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

A invasão do Kuaite pelo Iraque em 1990 e a subsequente Guerra do Golfo alteraram profundamente o panorama das relações do Brasil com o pequeno emirado. Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuaitianas junto ao Brasil solicitando nosso apoio para pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), como as referentes à demarcação da fronteira entre os dois países árabes após a Guerra do Golfo.

Do ponto de vista comercial, a partir de 1995 inicia-se processo de retomada das importações brasileiras de petróleo do Kuaite, o que levou a déficits substanciais para o Brasil nas trocas bilaterais, que chegaram a alcançar US\$ 1 bilhão. Porém, no final da década de 1990, em razão da priorização da política brasileira de integração sul-americana, parte das compras de petróleo originárias dos países do Golfo passou a ser substituída por aquisições oriundas da Argentina e da Venezuela.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 houve aumento da importância do Kuaite como fonte alternativa para captação de investimentos externos, em vista do movimento de realocação das inversões kuaitianas que estiveram concentradas nos mercados dos Estados Unidos e da Europa

Ocidental, face ao crescente sentimento anti-islâmico no eixo norte-atlântico e à baixa rentabilidade oferecida pelos mercados financeiros tradicionais.

O intercâmbio comercial bilateral ficou em 1,273 bilhão de dólares em 2012, com déficit de 647 milhões de dólares para o Brasil.

O Embaixador chefiará também, cumulativamente, a missão no Reino no Bareine. Trata-se de uma pequena ilha no Golfo Pérsico, com 678 km<sup>2</sup> de superfície e população de 1,3 milhão de habitantes. Sua capital é Manama e seu regime político é monárquico. Seu PIB-PPP em 2011 foi de US\$ 25,8 bilhões, propiciando PIB-PPP per capita de US\$ 19,8 mil.

Brasil e Bareine estabeleceram relações diplomáticas em 1980. Até 1985, a Embaixada em Riade (Arábia Saudita) representou cumulativamente o Brasil junto às autoridades de Manama, ano em que a representação passou a ser exercida pela Embaixada do Brasil no Kuaite. O Bareine até hoje não acreditou Embaixador residente junto ao Governo brasileiro. Sua Embaixada em Washington representa os interesses do Bareine no Brasil.

Tradicionalmente, as relações bilaterais sempre se concentraram na área financeira. Os bancos do Bareine – um dos maiores centros financeiros do Oriente Médio – constituíram os maiores credores árabes do Brasil, nas décadas de 1980 e 1990. As relações financeiras eram tão estreitas que o Banco do Brasil chegou a possuir escritório em Manama entre 1976 e 1995.

O tamanho reduzido do Reino do Bareine e sua posição central no Golfo, situado entre países de grande porte, fazem com que seu desempenho na política externa seja um delicado exercício de equilíbrio. O país, a quem os Estados Unidos dedicam tratamento semelhante ao conferido aos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), é sede da 5ª Frota Americana, a maior base naval dos Estados Unidos no Golfo Pérsico.

A possibilidade de conflito armado entre Irã e Estados Unidos pode aguçar as fortes tensões políticas e religiosas existentes no Bareine, já que a maioria xiita da população árabe do Bareine segue a liderança religiosa dos aiatolás iranianos, que inclusive foram acusados pelo regime de Bareine de estar por trás dos protestos relacionados à “Primavera Árabe” naquela ilha.

A corrente de comércio entre Brasil e Bareine alcançou US\$ 446 milhões em 2012. Seguindo a tendência histórica das relações comerciais bilaterais, o Brasil apresentou grande superávit (US\$ 381 milhões) nesse intercâmbio.

Os principais produtos brasileiros exportados para aquele mercado em 2012 foram minérios de ferro (74% do total), alumina calcinada (6%) e frango congelado (4%). O Brasil, quando importa do Bareine, adquire produtos de alumínio (cabos e ligas) e óleos lubrificantes e petróleo.

Apesar da inexistência de representação diplomática brasileira em Manama, nesta cidade residem aproximadamente 200 cidadãos brasileiros, a maior parte deles executivos do setor financeiro, comerciantes e suas famílias.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator